

# IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA NO CÁRCERE: desafios e possibilidades

*Leni Beatriz Colares\**  
*Catia Rejane Lindemann\*\**

## RESUMO

Este artigo é resultado do projeto de Extensão intitulado Janela Literária: A Biblioteca no Contexto Carcerário, o qual busca avaliar os desafios e possibilidades de implantação de Biblioteca dentro do sistema carcerário. Para tanto, a ação extensionista está sendo executada na Penitenciária Estadual do Rio Grande (PERG), onde está sendo implantada uma biblioteca cujo objetivo é o de disponibilizar a leitura para os presos, visando dar substrato para o Ensino de Jovens e Adultos, num Convênio entre Administração prisional e Delegacia de Ensino em Rio Grande. As dificuldades para atingir o objetivo, desde a burocracia que cerca as relações carcerárias até a execução do projeto, serviram como parâmetros para compreender que no cárcere as regras modificam as teorias bibliotecárias do que é estabelecido como aplicação correta da boa técnica. Por essa razão é necessário adaptar e muitas vezes reinventar padrões de ação, considerando que se trata de usuários com suas especificidades. Essa realidade afeta o planejamento de bibliotecas propriamente dito, exigindo maior flexibilidade no atendimento e nas formas de interação entre o bibliotecário e os usuários em situação de encarceramento. Conclui-se que embora seja um desafio a implantação de biblioteca no cárcere, é possível levar ao detento a leitura e transformá-la em ferramenta dentro do sistema carcerário, na medida em que possa auxiliar os gestores a programar espaços educativos nos quais os presos canalizam suas energias e encontram alternativas para ampliar sua educação formal, colocando-se, por esta via, em melhores condições para o retorno à sociedade extramuros, além de alterar a rotina intramuros.

**Palavras-chave:** Biblioteca no Cárcere. Direitos Humanos. Biblioteconomia Social.

\* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Professora da Fundação Universidade Federal de Rio Grande, Brasil. E-mail: lebecol@hotmail.com.

\*\* Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande, Brasil. Estagiária da Universidade Federal do Rio Grande, Brasil. E-mail: catialindemann@hotmail.com.

## I INTRODUÇÃO

A biblioteca no cárcere objetiva resgatar a autoestima do encarcerado, devolvendo a ele o alento da esperança dentro do quadro prisional que o torna nada além de um indivíduo que por trás das grades é apenas o número do delito que cometeu. A identidade do detento é anulada por forças do próprio meio e o único elo de seu espaço físico com a liberdade do

mundo exterior é a janela da cela, onde o contexto da visão que o apenado tem nesta janela está seus sonhos e a perspectiva de um novo olhar.

Em 29 de junho de 2011 foi sancionada a lei 12.433, que define como direito do apenado além da redução da pena por meio do trabalho, também agora por meio do estudo. Com a aprovação da nova medida, serão beneficiados os presos que cumprem pena em regime fechado, semiaberto e aberto desde que estudem. Dessa forma, eles poderão remir, também por estudo,

parte do tempo de execução da pena. Cada 12 horas de frequência escolar reduzem um dia de pena desse preso. Essas 12 horas devem ser divididas em no mínimo três dias, ou seja, uma média de quatro horas diárias de aula presencial ou mesmo à distância, de acordo com a realidade estabelecida em cada unidade prisional.

Além disso, uma vez concluído o segmento (seja ele Ensino Fundamental, Médio, Profissionalizante ou Nível Superior), o apenado diminui em 1/3 seu tempo de prisão. A perda do benefício na remição de pena ocorre caso o preso cometa alguma infração disciplinar.

De acordo com Barreto<sup>1</sup> (2011):

Em alguns estados, determinados juízes já aplicavam a remissão. Mas agora isso vira uma lei federal. Em todo o país terá que ser aplicada a lei. Isso é uma conquista para todos nós já que entendemos a educação como elemento transformador de todo cidadão. (BARRETO, 2011)

Nossa Constituição Federal também prevê no art. 21 Capítulo V que cada estabelecimento penal deva ser dotado de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

A possibilidade de remição da pena, bem como, o preenchimento das “horas mortas” na prisão através da leitura e do provimento de conteúdos que possam despertar o interesse dos presos para o conhecimento sistemático, com abertura de novos horizontes e, ainda, o atendimento às condições infraestruturais que permitam a abertura do Ensino de Jovens e Adultos referendam a importância do projeto Janela Literária ora em discussão. Nessa perspectiva, haveremos de estar oferecendo-lhe além da leitura e do acesso à produção literária, o gosto pelo prazer dos livros e a busca da escolarização além da barganha na redução de pena, dando suporte no seu retorno à liberdade.

É fato notório que o sistema prisional brasileiro não recupera na maioria dos casos, e apesar deste propósito estar incluído como objetivo geral da Lei de Execução Penal (LEP) é raro os casos em que os presos se apresentam preparados para a reinserção no mercado de trabalho. Isso ocorre porque não há uma preparação para o regresso do apenado, ainda

que esta esteja garantida por lei. As pesquisas<sup>2</sup> realizadas no cárcere apontam que seguimos utilizando a pena de prisão especialmente para punir, já nos afastando, inclusive, do período em que a pena buscava “corrigir e educar” apontada por Foucault (1993), quando então objetivos ressocializadores contidos na letra da lei encontravam eco nas prisões através da disciplinarização dos corpos para conter infratores, ajustando-os aos padrões de adestramento requeridos pelo mercado de trabalho.

## 2 O BIBLIOTECÁRIO E O CÁRCERE

A implantação da biblioteca na PERG e sua atual organização, bem como, os processos envolvidos na consecução cotidiana desta ação extensionista foi desenvolvida em comum pela área de Sociologia e da Biblioteconomia, demonstrando o quão necessária é a interdisciplinaridade no contexto das ações sociais desenvolvidas pela Universidade junto aos diferentes grupos e contextos de nossa sociedade. Os vínculos desenvolvidos em diálogo entre as duas disciplinas se constituem em ferramentas importantes dentro do sistema carcerário, na medida em que auxiliam os gestores a programar espaços educativos nos quais os presos possam canalizar suas energias e encontrar alternativas para ampliar sua educação formal, colocando-se, por esta via, em melhores condições para o retorno à sociedade extramuros, além de alterar a rotina intramuros.

Pouco usado é o termo Biblioteconomia social, mas dentro da atualidade não há mais como aceitar o papel do bibliotecário apenas como documentalista tão somente técnico. Um dos aspectos contemplados pelo conceito é o da responsabilidade Social e que significa “[...] um comprometimento que uma organização deve ter com a sociedade como um todo, ou com uma comunidade, especificamente, de modo a prestar contas com a sociedade” (BOWEN apud ASHLEY, 2003, p. 6).

Reverendo os conceitos sobre o papel social do bibliotecário, nos deparamos com Broadfield (apud CYSNE, 1993, p. 30) para quem “[...] a responsabilidade social do bibliotecário resulta em que o acesso à informação não deve ser obstaculizado nem pela sociedade, nem pela religião, muito menos pelo Estado”.

Sendo assim, a biblioteconomia social já não está apenas centrada na organização do

<sup>1</sup> Mara Fregapani Barreto - Coordenadora-Geral da Reintegração Social e Ensino do Departamento Penitenciário em declaração ao Portal Globo de Educação.

<sup>2</sup> Cf. Geraldo Ribeiro de Sá (1996) e Luiz Antônio Bogo Chies (2008).

acervo, e sim cada vez mais se preocupa com os processos de mediação da informação, e o objeto de preocupações da Biblioteconomia, conforme Cysne (1993, p. 53), deixa de ser somente a “[...] organização de documentos com vistas à sua preservação, e se desloca para a difusão da informação [...]” e, complementando, o objeto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação deixa de ser a organização de suportes informacionais (documentos) para ser a mediação da informação, conforme aponta Almeida Júnior (2009).

Outro autor que já afirmara que o bibliotecário é um mediador de informações é Wassenman (apud CYSNE, 1993), para quem esse papel de mediador depende de uma ação política do profissional, que tanto pode ser em direção à transformação social, quanto para a reprodução da situação vigente. Portanto, de intermediário da informação, passando a gestor de conhecimento, mediador informacional e pedagógico, aos poucos o bibliotecário incorpora uma nova posição, atuando como líder e agente educacional de transformação (DUDZIAK, 2007).

É no contexto de ampliação das funções do bibliotecário que Milano e Davok (2009) realizaram um estudo de caso acerca da atuação dos bibliotecários brasileiros em sua prática profissional e identificaram as áreas em que estes profissionais se encontram atuando enquanto bibliotecários, concluindo que a atuação do bibliotecário brasileiro vem sendo constantemente delimitada e ao mesmo tempo ampliada para além dos ambientes tradicionais de atuação desses profissionais. Conforme apontou nos Cysne (1993), o objeto de trabalho do bibliotecário é a informação e, como a informação na contemporaneidade está presente na sociedade em forma de fluxos, então, o papel do bibliotecário é ser o mediador do acesso à informação.

As diretrizes do MEC para os cursos de Biblioteconomia propõem que:

[...] os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc. (BRASIL, 2001)

É esse o papel do bibliotecário hodiernamente, ou seja, facilitar o acesso, mediar informação para os cidadãos, como forma de que eles tenham insumos para exercer a sua cidadania, o que vai ao encontro da proposta de “[...] responder às demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.” (BRASIL, 2001).

### 3 DELIMITAÇÕES DO ESTUDO DE CAMPO

Ainda na fase da elaboração do Projeto foi necessário conhecer as condições em que se encontrava a Penitenciária Estadual de Rio Grande (PERG) e obter dados sobre a população prisional. A seguir apresentamos dados que permitam ao leitor uma visão sobre a PERG, bem como, sobre a escolaridade dos apenados. Também é hora de relatarmos como chegamos até esta instituição e nos motivamos para dar início ao Projeto.

Localizada no km 15 da BR 392 – KM 15, na localidade da Vila da Quinta, a PERG contava no final de 2012 com uma população carcerária composta de 970 homens e 94 mulheres. Abaixo mostramos a distribuição da população carcerária por regime da pena.

**Quadro 1:** Distribuição da população prisional por regime da pena em dezembro de 2012

**PRESÍDIO ESTADUAL DE RIO GRANDE**

| CATEGORIA: POPULAÇÃO PRISIONAL               |      |     |
|--|------|-----|
| Quantidade de Presos/Internados              |      |     |
|  | MASC | FEM |
| Regime Fechado:                              | 382  | 23  |
| Regime Semi Aberto:                          | 175  | 16  |
| Regime Aberto:                               | 9    | 2   |
| Presos Provisórios:                          | 404  | 53  |
| Medida de Segurança-Internação:              | 0    | 0   |
| Medida de Segurança-Tratamento Ambulatorial: | 0    | 0   |
| Presos em RDD:                               | 0    | 0   |

Fonte: Relatório Infopen – DEPEN/Ministério da Justiça

A maioria dos detentos (65%) se compõe de presos com instrução fundamental incompleta, o que certamente caracteriza uma população precarizada em termos de sua inserção no mercado de trabalho. A obtenção

do dado de escolaridade se tornou fundamental para que pudessemos pensar as necessidades em termos do acervo literário e técnico. No quadro abaixo, comprova-se o nível de escolaridade dos apenados usuários da biblioteca:

**Quadro 2:** Quantidade de presos por grau de instrução na PERG em dezembro de 2012

| <b>Quantidade de presos por grau de instrução</b> |             |            |
|---|-------------|------------|
|   | <b>MASC</b> | <b>FEM</b> |
| <b>Analfabeto:</b>                                | <b>41</b>   | <b>1</b>   |
| <b>Alfabetizado:</b>                              | <b>29</b>   | <b>4</b>   |
| <b>Ensino Fundamental Incompleto:</b>             | <b>650</b>  | <b>69</b>  |
| <b>Ensino Fundamental Completo:</b>               | <b>87</b>   | <b>8</b>   |
| <b>Ensino Médio Incompleto:</b>                   | <b>85</b>   | <b>7</b>   |
| <b>Ensino Médio Completo:</b>                     | <b>62</b>   | <b>5</b>   |
| <b>Ensino Superior Incompleto:</b>                | <b>9</b>    | <b>2</b>   |
| <b>Ensino Superior Completo:</b>                  | <b>5</b>    | <b>0</b>   |
| <b>Ensino acima de Superior Completo:</b>         | <b>0</b>    | <b>0</b>   |
| <b>Não Informado:</b>                             | <b>0</b>    | <b>0</b>   |

**Fonte:** Relatório Infopen – DEPEN/Ministério da Justiça

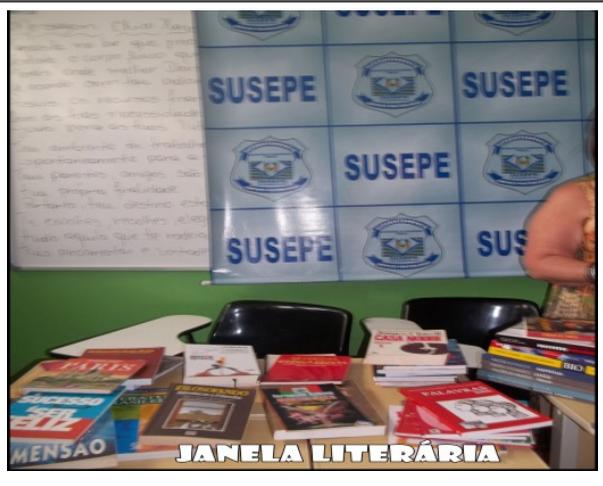
A Penitenciária não possuía biblioteca, no entanto, esta já havia existido e manteve atividades durante certo tempo até tornar-se alojamento para detentos que possuem trabalho externo. Suas portas estavam fechadas sem cumprir sua verdadeira missão que é a de levar a leitura aos detentos como prevê a LEP.

No caso da abertura do que se pode chamar de uma nova biblioteca na PERG concorreram diferentes vontades para sua concretização: a disposição das alunas da biblioteconomia que acreditavam na militância de uma biblioteconomia social; o desejo do Administrador em oferecer a Educação para Jovens e Adultos (PROEJA); o aval e o compromisso da Juíza da Vara de execuções Criminais de Rio grande, Doris Muller Klug e do Conselho Penitenciário que se colocaram à disposição para mediar a autorização junto à Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE).

Segundo informações da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), entre todos os Estabelecimentos Prisionais do Rio Grande do Sul que possuem salas de aula, alguns possuem acervos literários, mas não necessariamente bibliotecas. A biblioteca é um espaço destinado apenas para a distribuição de livros nas celas para os apenados. Como o Projeto Janela Literária abarcava também a constituição de um

espaço físico e tudo o que ele envolve enquanto universo de conhecimento, em diálogo, portanto, com a leitura e a informação, foi preciso tempo e disponibilidade da Administração em oferecer este espaço e colocá-lo ao alcance dos apenados, significando que as condições de segurança também tiveram que ser equacionadas.

Nos meses que antecederam a abertura da biblioteca uma sala que servia para o ensino de informática dentro da penitenciária foi destinada à nova biblioteca. A sala se situa no Pavilhão dos presos ligados aos trabalhos da cozinha, faxina, manutenção e reforma predial, também conhecidos nas pesquisas como “trabalhadores da guarda” em razão de sua confiabilidade e aproximação com os agentes penitenciários. Sua localização é no corredor térreo da PERG e próxima aos serviços técnicos de Assistência Social e Psicologia, o que facilita o contato com os demais servidores da Casa, ao mesmo tempo que aproxima os alunos bibliotecários de uma parte dos usuários –apenados. Ao longo de oito meses, enquanto aguardávamos a a utorização da SUSEPE e a reforma e pintura do local escolhido, recebemos o contato via Administração da PERG, da Fundação Gaúcha de Bancos Sociais, FIERGS que se dispôs a doar uma grande quantidade de livros para o Projeto. A seguir mostramos fotos ilustrativas da entrega dos livros, evento que contou com a presença de várias autoridades.



A partir de agosto de 2012 passamos a trabalhar no espaço disponibilizado, enfatizando que tudo o que obtivemos na época foi tão somente o espaço físico e 450 livros que chegaram,

de fato, através da doação do Banco Social (260 obras literárias e 190 dicionários) e obtivemos a promessa dessa Entidade em disponibilizar os restantes dos livros ao longo do tempo.

Figuras 1 e 2 - Organizando o espaço de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa

Foi preciso ir à busca de tudo, do mobiliário a um número maior de livros. O mobiliário da biblioteca atualmente está composto por quatro estantes, sendo duas pequenas e que não são suficientes já que o acervo está em expansão; duas mesas e seis cadeiras em condições precárias e uma escrivaninha também precária recebidas em doação pela FURG. Quanto aos livros, fomos recebendo doações que atualmente estão compondo o acervo da biblioteca e que mostramos no quadro a seguir:

Quadro 3: Origem das doações dos livros na PERG

| Origem                  | Nº de livros |
|-------------------------|--------------|
| Banco dos Dados Sociais | 450          |
| Entidades religiosas    | 140          |
| Doações particulares    | 200          |
| Total                   | 790          |

Fonte: Própria

As obras remanescentes do EJA ainda estão sendo revisadas, tendo em vista que eram oriundas de 2001 e que muitas têm conteúdos desatualizados, avaliação esta que estamos procedendo na atual fase. O Ensino de Jovens e Adultos chegou a ser implantado na PERG, mas perdurou muito pouco tempo exatamente pela ausência de biblioteca para que os presos pudessem fazer pesquisas e buscar leituras que os auxiliassem no aprendizado, tendo sido extinto em 2001.

#### 4 VIVENCIANDO A BIBLIOTECA NA PRISÃO

As experiências do grupo de alunas em suas interações com os apenados e agentes penitenciários podem ser melhor visualizados a partir dos relatos colhidos nos diários de campo. Com base nos objetivos, os relatos de nossas atividades apresentam um caráter descritivo, quase etnográfico, uma vez que buscou descrever as características do sistema carcerário, a relação entre detentos e os livros, bem como a receptividade do preso com a implantação da Biblioteca.

A seguir elegemos trechos que permitem perceber as principais questões envolvidas até o momento no exercício das atividades e estabelecer alguns padrões para a discussão acerca do trabalho extensionista em uma instituição tão singular como é o caso das prisões.

Quando chegamos à PERG, os detentos nem nos olhavam, existe uma regra na prisão onde ao passar por nós o encarcerado deve olhar para parede ou baixar a cabeça. Aos poucos íamos familiarizando, alguns deles foram recrutados para nos auxiliar no que precisássemos, tipo descarregar caixas de livros, manutenção do espaço, onde várias janelas estavam quebradas, não havia luz. Certo dia eu perguntei para um detento que nos ajudava qual seria o nome dele [...] ele respondeu timidamente que era "João", e então argumentei que ele podia olhar pra mim, ele o fez sorrindo. Na hora de ir embora eu estendi minha mão para despedir-me dele e de modo imediato ele soltou: "Nem lembro a última vez que alguém apertou minha mão dona... estou aqui há 13 anos e minha família já desistiu de mim." No dia seguinte ele voltou e pegou um livro de cabeça pra

baixo... fingi que não vi, mas ele mesmo observou que a gravura da capa estava invertida...ele me fixou nos olhos e disse: "Já estou matriculado no EJA, ainda vou entrar aqui e pegar um livro direitinho, pois depois que passei a trabalhar aqui na biblioteca com vocês, me deu muita vontade de sair lendo tudo que tem aqui nestas estantes. Aqui dentro a hora não passa, quem sabe lendo a gente não sinta tanto isso." (Diário de Campo)

O relato nos dá conta da observância dos códigos carcerários feitos pelos detentos, ou seja, o fato de imperar em qualquer prisão as "leis do cárcere", sendo uma das mais importantes a de não olhar diretamente para qualquer mulher que adentre uma prisão, principalmente para mulheres de outros presos, o que, em caso de não observância acarreta punições severas para o infrator. Como processo mais amplo, conhecido como prisionalização<sup>3</sup>, pudemos inferir que nossa presença lá deveria estar em correspondência, pelo menos na fase inicial, com essa cultura que atravessa as prisões de um modo geral. No caso citado, observamos que essas regras estavam, de início, valendo também para nós, o que implicava que somente através dos contatos cotidianos iríamos obtendo a confiança e a aproximação necessária que precisávamos para executar nosso trabalho.

Assim que a Biblioteca passou a funcionar, avaliamos que não bastava colocar os livros nas estantes e disponibilizá-los aos detentos, eles não fazem ideia do que ler pois a maioria mal tem o ensino fundamental. Então se observou que em verdade era necessário apresentar o livro aos presos, fazer a mediação de leitura, fato este que surpreendentemente ocorreu espontaneamente de modo inesperado. Novamente a leitura do Diário de Campo demonstra a riqueza da atividade extensionista:

Um detento chegou admirado com as obras, olhava tudo com certa curiosidade, mas não pegou nenhum livro. Eu perguntei se podia ajuda-lo, e ele respondeu rapidamente que nem sabia o que ler. Indaguei se gostava de

3 A prisionalização afeta também os agentes penitenciários, embora de forma não tão contundente quanto aos presos. Também é parte dessa cultura o fato de todos se observarem, "não existem segredos em uma prisão" como dizem os agentes penitenciários, avaliando que presos e agentes se conhecem profundamente e sabem de suas fragilidades que são acionadas em determinados momentos com vistas à sustentação dos mecanismos de controle em uma prisão. Conforme Chies (2001) os comportamentos são constantemente pautados por esse código que, se infrigidos, representa uma ameaça à "ordem" prisional.

literatura, ele mal sabia do que se tratava. Então peguei um livro do Machado de Assis e comecei a folhear para ele, li uma página e quando me dei conta havia mais dois detentos em volta... sentamo-nos a mesa de leitura da biblioteca e chegaram mais dois... e ao fim éramos quase dez em volta da leitura e todos saíram de lá com obras da literatura brasileira nas mãos. O fato foi repetindo-se quase que diariamente, pois sempre chegava um preso solicitando um livro para ler e também desejando que a leitura de algumas páginas fosse feita para então discutirmos o que foi lido [...] é imediato, basta ter um ou dois lendo, que os outros aproximam-se e até alguns agentes penitenciários acabam se aproximando, contaminados pela magia da leitura. (Diário de campo)

Verificamos que não bastava ter os livros nas estantes, era necessário aproximar a leitura de cada um e “dar a conhecer” as obras que tínhamos ali. É fato que o Projeto já contemplava o trabalho de Oficinas para motivação da leitura, mas ainda não havíamos pensado concretamente em como iniciariamos esse processo, imaginando que ele teria que ocorrer em uma fase posterior do trabalho. Assim, de forma imediata acabamos antecipando o propósito das oficinas, embora a atividade ainda esteja em desenvolvimento percebemos sua importância e necessidade de torná-las atividades quase cotidianas. Podemos afirmar então que não basta colocar as obras simplesmente nas estantes, é preciso ler para eles, tirar suas dúvidas, ensinarmos a buscar o que desejam e isso é social, fazer valer o papel de mediador da informação em favor do usuário.

Outro aspecto de grande importância tem sido o da necessidade que as presas também tenham acesso à biblioteca. Até o momento isso não aconteceu em razão de regras de segurança definidas pela Administração prisional, sendo justificadas pela proibição de que mulheres presas circulem com os demais apenados do sexo masculino, o que, em certo sentido, aponta para a invisibilidade da mulher presa<sup>4</sup>. Em diálogo com o Setor Técnico da PERG (Assistentes Sociais e Psicólogas) solicitamos que fossem estabelecidas alternativas para a frequência das mulheres, dado que este fato caracterizaria

discriminação com as mesmas. A PERG se comprometeu a montar um processo em que as presas possam estar na biblioteca em dia e hora alternados dos demais presos.

Também existem dificuldades quanto ao acesso dos presos de outras galerias frequentarem a biblioteca. Citamos o caso do Pavilhão 4 onde estão os presos do seguro, ou seja, aqueles que estão jurados de morte pela massa carcerária em razão do descumprimento de alguma regra das “leis do cárcere”, ou por crimes contra crianças ou estupro, fatos estes que levam os demais a se sentirem aviltados, ou por estarem com doenças contagiosas. Lembramos que as prisões estão superlotadas e as mazelas decorrentes também desta realidade se espalham pelas instituições prisionais brasileiras, gerando situações de crueldade especialmente com aqueles que se encontram doentes e precisariam de atendimento diferenciado. Além do Pavilhão do Seguro existem ainda mais dois pavilhões que abrigam presos de diferentes facções<sup>5</sup> e que não podem conviver dadas as disputas em torno do tráfico de drogas que se estendem igualmente para as regiões da cidade.

Em virtude dessas situações, os livros são distribuídos para os presos dos demais pavilhões por meio de listas, onde um preso de confiança passa a lista e o apenado escolhe o a obra que deseja ler. O pedido vai para a biblioteca e o livro é então chega ao preso com seu nome e número de cela anexado ao livro de empréstimos, o que tem funcionado bem, embora demonstre haver restrições no que diz respeito ao contato com os presos e a motivação para a leitura.

Na questão das restrições é importante salientar a tensão permanente que observamos entre a exigência da manutenção da segurança e a necessidade de universalizar o conhecimento. Claro, não estamos falando aqui de informações acerca da feitura de produtos químicos explosivos, fato apontado pelo Chefe de segurança relativo à proibição de informações que possam levar ao descontrole na prisão, mas daquelas informa-

4 A invisibilidade da mulher presa em presídios mistos é discutida no trabalho intitulado “Mulheres nas so(m)bras: invisibilidades, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos”. (COLARES; CHIES, 2010. p. 420)

5 A existência das facções nos presídios brasileiros é fartamente documentada por Salla (1999), Coelho (2003), Barbato Jr (2007), entre outros autores. Tratam-se de grupos ligados ao tráfico de drogas que possuem uma identidade em comum formando o crime organizado. Para Barbato Jr (2007, p.45) a construção de um poder paralelo ao Estado ou transversal a este seria a principal característica desses agrupamentos. No caso da PERG, as facções são locais e representam distintos bairros da cidade como o Bairro Getúlio Vargas e onde as mesmas têm seus pontos de vendas de drogas.

ções que possam oferecer subsídios aos presos no sentido de conhecerem melhor seus direitos previstos em lei. Falamos especificamente dos livros de Direito, nem sempre vistos com bons olhos pela segurança da PERG. Isso nos leva a considerar a característica democrática de reconhecimento de direitos que são conduzidos pela informação quando posta em fluxo pelo bibliotecário e seu papel mediador nesse contexto.

Aqui podemos apenas apontar um caminho da discussão que ora se processa no ambiente da PERG: a de que consideramos ser nossa presença significativa para todos os segmentos envolvidos na sociedade prisional. Com isso, consideramos que não só os presos mas também os agentes penitenciários devem protagonizar suas relações com o conhecimento, e que cabe à Universidade abrir espaço para que o conhecimento possa ser colocado à disposição de todos, reinventando, quem sabe, para os agentes penitenciários, a reflexão sobre as práticas de segurança e suas formas operacionais.

Por último, discorreremos brevemente sobre uma experiência inédita ocorrida na PERG ou, mais sucintamente, sobre a participação de crianças, filhos de apenados, no espaço da biblioteca e suas implicações para nosso trabalho. A necessidade de obras infantis nasceu no decorrer do projeto, tão logo a biblioteca entrou em funcionamento, quando foi averiguado que as crianças têm dias fixos para visitarem seus pais apenados. Porém o lugar, que não é nada aprazível, assusta as crianças, que choram perguntando por que seus pais não vão embora para casa com elas. Permanecendo em espaços apertados, celas, com demais familiares de outros detentos, elas passaram a ir para a biblioteca, onde além de acalmarem-se diante dos livros, onde olham com curiosidade e onde também passamos a fazer uma mediação de leitura com as mesmas.

Isso as acalma a ponto de esquecerem o choro e irem nas celas buscar seus pais para que os mesmos possam ver os livros junto delas. A biblioteca então ganhou a conotação de ambiente de leitura consolador e descontraído para os pequenos, processo este muito elogiado e aclamado pelos presos. Porém, como o intuito inicial do projeto era levar a leitura aos presos, a biblioteca então não conta com obras infantis, o que representa um novo desafio para o trabalho que desenvolvemos.

## 5 REINVENTANDO CAMINHOS

O trabalho extensionista deu-se por meio de um projeto voluntário vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação, a partir da sensibilização dos alunos da biblioteconomia para sua necessidade. A atividade extensionista conta com quatro acadêmicas de biblioteconomia que se dispõem a trabalhar no local, mas como o projeto não possui estagio remunerado, duas destas bolsistas não conseguem estar de maneira assídua na biblioteca, uma vez que todo o trabalho é voluntário e elas necessitam de renda para suas obrigações pessoais. Uma acadêmica trabalha duas vezes por semana e outra de modo diário, antes como voluntária, agora como bolsista do projeto pela FURG, cumprindo 12 horas semanais e trabalhando nas demais horas como voluntária.

A necessidade de bolsistas se faz gritante, uma vez que depois da biblioteca inaugurada, passou então a abrir diariamente suas portas, atendendo para empréstimos, devoluções, auxiliando os presos na escolha da leitura e fazendo a mediação da mesma. Portanto, não há como manter a biblioteca sem ter no mínimo duas pessoas trabalhando dentro dela de forma permanente.

As alunas de Biblioteconomia, integrantes do projeto e responsáveis pelo processamento técnico dos livros, contaram com a ajuda voluntária de uma Bibliotecária<sup>6</sup> autorizada pela FURG, que ensinou como proceder no tratamento das obras para que estas pudessem ser disponibilizadas rapidamente aos detentos. Posteriormente, o curso de Biblioteconomia da FURG, colocou um professor<sup>7</sup> ministrando a disciplina de Prática Profissional para as alunas, processo este que vem angariando conhecimento e padronizando a biblioteca. Necessário se faz acrescentar que muitos alunos e, também, vários professores, se negam a frequentar uma prisão, sendo este um forte impedimento para a presença de maior número de extensionistas no local, bem como, para as dificuldades que tivemos em obter um professor disponível para conduzir o processo técnico propriamente dito.

Situação limitante da atividade extensionista tem sido também a falta de

6 Falamos da Bibliotecária Dóris Vargas que acompanhou o Projeto durante o período de instalação da Biblioteca, tendo sido responsável pelos critérios de registro do acervo e pelo ensino prático da dinâmica necessária ao funcionamento de uma biblioteca na prisão.

7 Referimos-nos ao Prof. Dr. Cláudio Renato Moraes da Silva.

computadores que se torna cada vez mais gritante, considerando que a demora em atender os detentos na busca de obras é lenta quando se trata de fazer esta prática manualmente, dispendendo tempo e muitas vezes deixando de atender outros detentos. Alguns detentos trabalham dentro da penitenciária e possuem tempo cronometrado para estar na biblioteca, quando a demora na busca manual dos livros se faz maior que o tempo deles, acabam indo embora sem levar o livro desejado.

De posse do espaço físico dentro da Penitenciária, o projeto buscou a doação de material mobiliário e obras literárias, considerando que o mesmo não envolve qualquer tipo de verba. Os livros foram doados em grande parte pela Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais, instituída pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul – FIERGS. O mobiliário foi cedido pela FURG e desta forma deu-se início ao planejamento de espaço e acervo da biblioteca. Mas estes esbarraram no quesito segurança, trivial dentro deste tipo de unidade, adaptados dentro do que era exigido.

Todas as estantes foram dispostas de modo que se pudesse visualizar o detento por entre os livros, obedecendo assim o critério estabelecido pela direção da penitenciária e não os critérios ditados dentro das regras bibliotecárias. As obras passaram por um crivo de títulos, estabelecendo-se como opção de leitura livros que não incitem a violência ou que levem o detento a utilizar o conhecimento como ferramenta na produção de artefatos explosivos, como livros com fórmulas de química por exemplo.

Posteriormente à ocupação do espaço já mobiliado e com as obras devidamente catalogadas e classificadas, o projeto deu início ao que se dispôs a fazer: Abrir as portas da Biblioteca e disponibilizar os livros aos detentos. Nesta fase o projeto observou que apenas colocar as obras nas estantes e emprestá-las não bastava e passou então a fazer a mediação da leitura, apresentando ao encarcerado os livros em todo o seu contexto. Para isso, passou-se a realizar semanalmente rodas de leitura com rodízios de usuários-apanados dentro da biblioteca, não ultrapassando o número máximo de seis apanados, visando e obedecendo sempre os critérios de segurança.

Tal método conseguiu fazer com que os presos passassem a compreender que tipos de leitura desejavam, discernir literaturas, e assim a demanda de usuários interessados em pegar livros aumentou consideravelmente.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse artigo mostramos que um dos maiores desafios de implantar uma biblioteca no cárcere consiste no ainda existente preconceito social para com o local. Quando se trata de apanados, a sociedade ainda vira o rosto e se torna indiferente ou apática diante do contexto prisão. Obter apoio, tanto financeiro quanto mão de obra, tornou-se um percalço relutante durante a execução do projeto. Trabalhar diariamente, de modo voluntário, sem nenhuma verba e montar ainda assim uma biblioteca que se propusesse a atender a demanda dos detentos foi desafio que provou ser possível e comprovou que basta vencer as barreiras do preconceito e desafiar os entraves burocráticos para que se possa chegar ao objetivo.

Também se conclui que em se tratando de uma biblioteca diferenciada para um público alvo diferenciado, não cabe aplicar as regras da Biblioteconomia, é preciso estar atento que lidamos com um usuário especial, cujo qual necessita de certos cuidados que atendam os padrões de segurança estabelecidos pela Administração. Por outro lado, a segurança não pode ser um entrave quando se trata de questões relativas ao direito à informação que possam assegurar caminhos jurídicos de acesso aos direitos mais amplos garantidos em lei, fato gerador de uma tensão latente no trabalho extensionista.

Em se tratando de uma população apanada com tamanho índice de baixa escolaridade, conforme constatado, a biblioteca adequou-se a utilizar nas obras literárias a classificação por cores, facilitando assim a compreensão do detento na hora de pegar o livro na estante. Em função disso também se buscou formatar as rodas literárias que tornam possível a mediação da leitura, facilitando a busca do detento na hora de escolher um livro para empréstimo.

---

Artigo recebido em 25/03/2014 e aceito para publicação em 08/12/2015

---

## **LIBRARY IMPLEMENTATION IN PRISON : challenges and opportunities**

**ABSTRACT** This article is the result of the extension project entitled *Literary Window: The Library in Prison Context*, which seeks to assess the challenges and Library deployment possibilities within the prison system. Therefore, the extension action is running in the State Penitentiary of Rio Grande (PERG), which is being implemented a library whose purpose is to provide reading for prisoners, aiming to provide substrate for the Youth and Adult Education, a Covenant between the prison administration and the Bureau of Education in Rio Grande. The difficulties to achieve the goal, since the bureaucracy surrounding the prison relations to execution of the project, served as parameters to understand that in the prison rules change the librarians theories of what is established as correct application of proper technique. Therefore it is necessary to adapt and often reinvent patterns of action, considering that it comes to users with its specificities. This reality affects the planning of libraries itself, requiring greater flexibility in meeting and forms of interaction between librarians and users incarceration situation. It concludes that although it is a challenge to library deployment in prison can lead to the detainee to read and turn it into a tool within the prison system, in that it can help managers to program educational spaces where inmates channel their energy and find alternatives to expand their formal education, setting up, in this way, better able to return to extramural society, in addition to changing the intramural routine.

**Keywords:** Library in prison . Human rights. Social Library

## **REFERÊNCIAS**

- ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Mediação da informação e múltiplas linguagens**. *Pesq. Bras. Ci. Inf.*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- BARBATO Jr, R. **Direito informal e criminalidade**: os códigos do cárcere e do tráfico. Campinas, São Paulo: Millennium, 2006.
- BARRETO, M. F. **Globo Educação**. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2011/07/preso-que-estudar-tera-pena-reduzida.html>>. Acesso em: 13 abril. 2012
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares para os cursos de graduação**. 2001. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> . Acesso em: 11 Agosto 2012-08-11.
- BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **LEI Nº 12.433, DE 29 DE JUNHO DE 2011**. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm)> . Acesso em : 14 Abril
- CHIES, L. A. B. **A prisionalização do agente penitenciário**: um estudo sobre encarcerados sem pena. Pelotas: EDUCAT, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A capitalização do tempo social na prisão**: a remição no contexto das lutas de temporalização da pena privativa de liberdade. São Paulo: IBCCRIM, 2008.
- CYSNE, F. P. **Biblioteconomia**: dimensão social e educativa. Fortaleza: EUFC, 1993.
- COELHO, E. C. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. São Paulo: Record, 2005. 432p.
- COLARES, L. B. C.; CHIES, L. A. B. **Revista Estudos Feministas**, vol 18, N. 2, 2010. P.407 a 423.
- DEPEN – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJC4D50EDBPTBRNN.htm>>. Acesso em: 14 Abril.

- DUDZIAK, E. A. O Bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, jun. 2007.
- DU MONT, R. R. Ethics in librarianship: a management model. **Library Trends**, Champaign, III., v. 40, n. 2, p. 201-215, Fall 1991.
- FONSECA, E. N. da. **Biblioo - Cultura Informacional**. Disponível em : <http://biblioo.com.br/edson-nerly-da-fonseca-2/>. Acesso em 09 abril. 2012
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: Nascimento da Prisão**. Trad. De Lígia M. Ponde Vassalo. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- IBGE . **Estatísticas do Século XX**. Disponível em:< [http://www.ibge.gov.br/seculoox/arquivos\\_xls/palavra\\_chave/justica/estabelecimentos\\_penais.shtml](http://www.ibge.gov.br/seculoox/arquivos_xls/palavra_chave/justica/estabelecimentos_penais.shtml)>. Acesso em : 14 abril. 2012
- MENDES, L. A. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MILANO, M. C. D.; DAVOK, D. F. Consultor de informação: serviços prestados por empresas de consultorias nas áreas de Biblioteconomia e Gestão da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 253-278, jan./jun., 2009.
- MORÃES, R. B. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006. 234p.
- SOUZA, A. S. R. **RELATO DE EXPERIÊNCIA - BIBLIOTECA PRISIONAL-BIBLIOTERAPIA: e o inspetor penitenciário na busca de sua identidade em um recorte inclusivo: perspectiva**. Disponível em:<<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/relato-de-experiencia-biblioteca-prisonal-biblioterapia-e-o-inspetor-penitenciario-na-busca-de-sua-identidade-em-um-recorte-inclusivo-perspectiva-5494615.html>>. Acesso em: 13 abril. 2012
- RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009. 336 p.
- SÁ, G. R. **A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- SALLA, F. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre: ano 8, nº 16, p.274-307, jul/dez 2006.
- SUSEPE - **Superintendência dos Serviços Penitenciários**. Disponível em:<<HTTP://www.susepe.rs.gov.br>>. Acesso em: 13 abril. 2012
- BAHIA, L. **TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE**. Rio de Janeiro:Cátia Guimarães. V. 7, n. 1, mai./jun. 2009.
- TRINDADE, L. L. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições**. 2009. 118 f. Monografia [Bacharelado em Biblioteconomia] - Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <[http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009\\_LeandroLopesTrindade.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf)>. Acesso em: 8 abril. 2012.